

AUGUSTO DUQUE

Judiciário é vítima da crise institucional

Ao saudar os novos bacharéis, que prestavam compromisso em sessão realizada na sede da OAB, o desembargador Augusto Duque advertiu para a crise do Poder Judiciário, "reflexo da crise institucional geral", e elogiou a atuação da entidade na hora presente, "que honra a todos os que pertencem a seus quadros, como instrumento maior, mais agressivo, ponta-de-lança de um verdadeiro Estado de Direito".



Brito Alves pede pelas liberdades

Pronunciando-se em defesa da liberdade do cidadão, do seu direito de defesa contra o poder punitivo do Estado, e da necessidade de preservar o Direito instrumento da manutenção da paz e da ordem, os advogados Elcias Ferreira Costa e Roque de Brito Alves recebem, da OAB, os prêmios a que fizeram jus como vencedores do concurso de monografias Pontes de Miranda. Outro premiado foi o advogado Agostinho Oli Koppe (página 7).



O professor Nelson Saldanha entrega o 1º prêmio a Elcias

Ação oficial contra o terror não satisfaz OAB

O Conselho Federal da OAB, em Nota Oficial, declarou-se "decepcionado com a insuficiência das investigações sobre a trágica morte da funcionária Lyda Monteiro da Silva" e reafirmou sua intenção de continuar cobrando "das autoridades da República a integral apuração dos fatos, qualquer que seja o julgamento do único acusado em um inquérito evidentemente incompleto".

Declara ainda a nota, assinada pelo presidente José Barnardo Cabral, com base no relatório do Conselheiro Arthur Lavigne, e nas peças do inquérito policial a

ele anexadas, inclusive o relatório do delegado federal, bem como o laudo do perito Antônio Carlos Villanova, que o atentado partiu de grupos radicais, inconformados com a atuação da OAB na luta pelos direitos humanos e pela restauração das franquias democráticas.

— No inquérito policial, foram colhidos elementos materiais de auto-identificação de uma organização clandestina de extrema-direita. Ganha, assim, menor relevo o veredito a ser pronunciado na medida em que não foi identificado e de-

sativado o grupo terrorista responsável e que se contrapõe ao processo de redemocratização do país.

"As autoridades não aprofundaram as investigações — prossegue a nota — concentrando-as exclusivamente em um acusado, apesar da afirmativa do próprio delegado federal de que havia mais de um autor. A OAB receia que, em consequência de tal conduta das autoridades, recrudescam — como aliás já começa a ocorrer — as ameaças e atos de terrorismo, visando impedir o restabelecimento da plenitude democrática".

Órgão oficial da Ordem dos
Advogados do Brasil —
Seção de Pernambuco.
ANO X — Nº. 4 — ABRIL/81

CONSELHO

Dorany de Sá Barreto Sampaio
Presidente

Everardo da Cunha Luna
Vice-Presidente

Hélio Mariano da Silva
1º Secretário

José Paulo Cavalcanti Filho
2º Secretário

Manoel Alonso de Castro
Jordão Emerenciano
Tesoureiro

Albino Queiroz de Oliveira Júnior
Aurílio Agostinho da Boa Viagem
Carlos Eduardo Cintra da Costa
Pereira

Carlos Eduardo Vasconcelos
Egídio Ferreira Lima
Geraldo Oliveira Santos Neves

Hélio Mariano da Silva
Irapoan José Soares
Jonas Ferreira Lima
Jório Valença Cavalcanti
Niete Correia Lima

Nilton Wanderley de Siqueira
Olympio Costa Júnior
Oswaldo Cavalcanti da Costa
Lima Filho

Romualdo Marques Costa
Membros natos

José Cavalcanti Neves
Carlos Martins Moreira
Joaquim Correia de Carvalho
Júnior

Octávio de Oliveira Lobo
Editor

Olíbiano Silveira
Programação visual
Josias Florêncio
(Quarentinha)

Fotografias
Sidney Passarinho
Arte-final

Isnaldo Nogueira Xavier

Impresso em off-set, com
trabalho de composição ele-
trônica e fotolitos da Edi-
tora Comunicarte Ltda. Rua
Bernardino Soares da Silva,
57 — Espinheiro. Telefone:
221.0786.

Circulação

A tiragem do Jornal OAB é
de 6.000 exemplares e a dis-
tribuição abrange todos os
advogados inscritos na Or-
dem. O envio é feito para os
endereço profissionais ou
residência do destinatário.
Se você não o está recebe-
ndo, compareça à sede da
OAB para atualizar o seu en-
dereço.

Raízes e arbítrios

Os regimes autoritários costumam ameaçar, reprimir, e assim tentam intimidar as forças sociais, eliminar resistências, na suposição de que a sociedade, perplexa e amedrontada, tenderá a se manter passiva, silenciosa e incapaz de reagir. Crente na sua força, nos instrumentos do seu poder sem limites, o arbítrio se convence de que os ideais de liberdade, os anseios democráticos, serão sufocados na medida em que, num ou outro momento, sejam aniquiladas as reações lúcidas de pessoas ou desmanteladas as organizações que busquem defender a sociedade ameaçada em seus direitos.

Mas essa convicção, essa crença de que o temor calará a todos, peca exatamente pela visão distorcida que a exceção passa a ter de pessoas ou entidades que se mantêm firmes na defesa da livre manifestação do pensamento, do direito de opinar, discordar, protestar, e consequentemente formar núcleos de resistência democrática. Nesse aspecto, isolado e todo poderoso, o regime de exceção tende a admitir que as reações são isoladas, sem respaldo de setores ponderáveis, ou produto da vontade, das convicções políticas, de pessoas ou grupos que os seus ideólogos julgam meros opositores ou com pretensões subversivas.

A partir dessa avaliação falsa, desse enfoque ilusório, o autoritarismo se empenha em acreditar, em também fazer crer, que basta atemorizar algumas pessoas, afastar outras desta ou daquela organização, para que se desarticule uma linha de atuação que contém seus avanços e aos poucos ergue obstáculos ao crescimento do seu poder arbitrário. Tal estratégia — comum às ditaduras — geralmente produz efeitos, mas nunca na dimensão sonhada pelo arbítrio, pois que a sociedade, na sua complexidade, produz reservas que resistem às investidas da força e sobrevivem apesar das pressões visando que se esgotem.

Na história recente deste país, a Ordem dos Advogados do Brasil tem sido um exemplo, dentre outros, de que o poder arbitrário, apoiado em leis draconianas e na força das armas, nem sempre consegue destruir os valores da liberdade, nem tampouco quebrar o ânimo daqueles que acreditam na força do direito, na supremacia das leis que garantam a segurança dos cidadãos, a dignidade da pessoa humana, de modo que ninguém seja submetido a maus tratos, nem seja vítima de constrangimento ilegal, de perseguição política, ideológica, racial ou religiosa.

A atuação da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Conselho Federal e Seccionais, foi portanto instrumento decisivo no esforço de abertura democrática no país, abertura que continua atestando a firmeza da entidade dos advogados brasileiros, os quais não se atemorizaram com ameaças, com os atentados de consequências trágicas, exatamente porque fazem parte daquela resistência lúcida, serena, corajosa, que a sociedade brasileira vem tornando cada vez mais ativa, cansada que está do autoritarismo e suas consequências.

Nessa ação, desde os primeiros momentos da exceção, ao lado da Ordem ergueram-se vozes respeitáveis como as de Sobral Pinto, Pontes de Miranda, Evaristo de Moraes, condenando a legislação excepcional, o rompimento do compromisso constitucional, mas o poder preferiu ignorar as advertências, decidiu legislar e implantar um regime ditatorial, atingindo duramente o direito e a justiça.

A Ordem não recuou, os advogados permaneceram de pé nos tribunais, enfrentaram riscos, e assim vieram lentamente construindo, ao lado de outras forças sociais, os elementos que mais tarde levaram o poder a tentativas de negociação, de buscas de saídas para a crise institucional. Na gestão Raymundo Faoro, quando eram dados os primeiros passos da abertura, a posição foi inflexível, sustentando a defesa dos direitos humanos, a rotatividade do poder, a realização de eleições diretas em todos os níveis, a concessão de anistia e o fim da tutela governamental sobre as organizações dos trabalhadores.

Não era uma posição pessoal, ou de um grupo, mas reflexo de um anseio que se seguiu na gestão de Seabra Fagundes, que exigiu do Governo a punição dos torturadores, defendeu a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a revogação das leis de exceção, e se manteve cobrando o respeito aos direitos e garantias individuais. Nem as ameaças, nem a bomba que explodiu na OAB, mantendo uma pessoa, alterou essa linha definida de atuação.

Agora, a gestão que se inicia, de Bernardo Cabral, não deixa dúvidas sobre a combatividade do órgão. Como ele sustentou, ao assumir a Presidência, "determinadas coisas permanecem vivas, não obstante a derrubada de seus troncos. É que continuam as raízes e uns poucos restos, e destes brotam mais verdes novos rebentos, sempre com mais vigor, maior intensidade".

Mantém-se a luta pela redemocratização

TRT não restaura Provimento



José Bernardo Cabral

Cabral: o resultado da eleição não alterou as posições da OAB em busca da plenitude democrática; Fagundes: Aos perseguidos jamais deve faltar a ação acolhedora do advogado.



Eduardo Seabra Fagundes

Exemplo de disputa democrática, da importância de alternância do poder, a Ordem dos Advogados do Brasil deu testemunho, também, em pleito recente, que a renovação das lideranças não prejudica a coesão da classe e garante que a orientação da entidade seja, cada vez mais, defendida por um maior número de integrantes, fortalecendo o esforço dos advogados brasileiros no sentido da redemocratização do país.

Assim, no último pleito, saiu vitoriosa a chapa encabeçada pelo professor José Bernardo Cabral, que teve como concorrente o advogado José Paulo Sepúlveda Pertence, resultado que não alterou as posições da entidade visando a plenitude democrática, nem tampouco sua postura quanto à unidade da categoria e sua condição de defensora dos direitos e das liberdades.

COMPROMISSO

Na cerimônia de posse, o novo Presidente do Conselho Federal da OAB, professor José Bernardo Cabral, lembrou que a chapa adversária, "integrada de nomes os mais ilustres", passava a compor "um só corpo, coeso e imbatível, exatamente para levar a nação brasileira a "sair do pátrio poder do arbítrio — não para o jugo do autoritarismo — mas para entrar, em definitivo, no caminho de não ter medo à vida, dispor de educação, saúde, meios de trabalho, como de ar ou de sol, em plena igualdade de condições".

Depois de esclarecer que pretendia conferir prioridade idêntica na solução dos problemas institucionais que afligem a Nação e na dos específicos que atormentam a própria classe, o professor José Bernardo Cabral defendeu a necessidade do aprimoramento do ensino jurídico, a valorização profissional, a autonomia da OAB e as prerrogativas do advogado.

— Na área das instituições político-constitucionais — disse o Presidente da OAB — em que pese o país estar a sair de um período de excepcionalidade para a reestruturação da ordem constitucional, o arbítrio continua a dar mostras de que está gozando de boa saúde, através das faces rosadas da Lei de Segurança Nacional; da falta de liberdade e autonomia sindicais; dos casuísmos que dominam o processo político, onde, amiúde, são usados instrumentos fraudulentos da vontade popular, como a prorrogação de mandatos de vereadores e prefeitos.

Em seguida referiu-se à Lei Falcão, ao decurso de prazo, que considerou verdadeiro estupro do Legislativo, ao Estatuto dos Estrangeiros, assegurando que apesar "desses monstros jurídicos", a OAB pugnar pela substituição do controle repressivo pelo controle político, já que "na longa caminhada para a restauração das liberdades democráticas a cidadania terá de reorganizar politicamente a sociedade". Dentro deste objetivo, sustentou a necessidade de uma "Constituinte que garanta os direitos humanos, compreendidos estes nos políticos, sociais e econômicos, tudo resultando de um amplo pacto social que abranja trabalhadores, empresários, profissionais liberais e forças políticas, fixando as diretrizes mínimas e apontar caminhos e indicar soluções para a reconstrução e libertação do país".

TRADIÇÕES

Ao transmitir o cargo, o ex-Presidente da OAB, Seabra Fagundes, disse que buscou honrar as tradições da entidade e nessa tarefa emprestou algo da sua personalidade, da sua visão peculiar das coisas, dos fatos, das conjunturas, razão por

que "os meus contatos resultaram, prioritariamente, no acolher, prestigiar e ajudar as entidades e as aspirações reivindicantes de justiça para os perseguidos de quaisquer matizes.

— E no pugnar pelos perseguidos — adiantou — não distingi entre os brasileiros e os estrangeiros, aqui residentes ou ingressados pela confiança em nossa tradição liberal. É que se me afigurou sempre que a proteção aos direitos humanos não há de conhecer nacionalidades. Os perseguidos, venham de onde vierem, são credores dos princípios de humanidade.

Após afirmar que aos perseguidos jamais deve faltar a ação acolhedora do advogado, que "assim honra o nome do seu país", o ex-Presidente da OAB esclareceu que a entidade não é partícipe da vida partidária, seu objetivo não é o poder, mas "o exercício legítimo do poder pelos seus titulares, com fidelidade à Constituição e às leis do país.

Mais adiante afirmou que julgou próprio voltar a atuação da Ordem, muito especialmente, "para o quadro dos direitos humanos, tão duramente ignorados e golpeados ao correr dos governos de força dos últimos anos". Depois de referir-se às demasias a que a repressão foi levada, Seabra Fagundes explicou que a OAB não podia negar a vocação liberal do advogado brasileiro, presente desde os movimentos libertadores da fase colonial, até a Independência, a Abolição, a República e as demais campanhas cívicas deste país. Ao final, lembrou o atentado à sede da OAB e externou a "mágoa que me ficou, como a todos nós, pela perda da servidora que à Ordem se vinculava sobretudo pela devoção à instituição, tantas vezes expressa em palavras e atos".

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho, juiz José Ajuricaba da Costa e Silva, ainda não decidiu quanto ao pleito dos advogados trabalhistas de revigorar o Provimento baixado pelo ex-presidente Clóvis Lima que permitia o adiamento das audiências se o atraso do seu início ultrapassasse 15 minutos.

Ele lembrou que essa medida foi revogada e que, ultimamente, o deferimento de requerimentos para adiar audiências fica a critério do juiz. Ponderou que esse procedimento — "uma aspiração justíssima, aliás, dos advogados" — não é de todo favorável porque pode desatender à celeridade da justiça e nesta o advogado também tem interesse.

O Presidente do TRT não prometeu a restauração do Provimento, mas admitiu um reexame do assunto, reconhecendo que há sério prejuízo para os advogados quando se verificam longos atrasos nos horários das audiências.

HONORÁRIOS

Anunciou o juiz José Ajuricaba, por outro lado, haver atendido ao pleito dos advogados trabalhistas no sentido de determinar às Secretarias das Juntas de Conciliação e Julgamento que efetuem o pagamento das indenizações de direitos trabalhistas às partes com a presença dos seus patronos. Disse que o pedido para que as JCJ retivessem honorários quando fizessem o pagamento às partes não pôde ser atendido por falta de amparo legal. Mas observou que já determinara a distribuição de circular determinando que as Secretarias das Juntas aguardem a presença dos patronos das partes para efetuar o pagamento das indenizações trabalhistas. Reconheceu importante essa medida porque os reclamantes, tendo a assistência dos seus advogados na hora de receber os seus direitos, estarão seguros quanto à correção do pagamento.

Cumprindo o que dispõe o artigo 18, XIX, da Lei 4.215/63, a presidência da seccional pernambucana da OAB encaminhou à secretaria geral do Conselho Federal da entidade, Relatório, Balanço e Contas da Diretoria relativas ao exercício de 1980, aprovados pelo Conselho Seccional e pela Assembléia Geral Ordinária.

Em seu primeiro item, o relatório informa as alterações ocorridas no quadro de conselheiros com os pedidos de licença dos advogados Hélio Mariano da Silva, Egydio Ferreira Lima, Antônio de Brito Alves, Geraldo de



Lei dos Estrangeiros em debate

Oliveira Santos Neves e Albino Queiroz de Oliveira Júnior, que foram substituídos por Paulo Marcelo Wanderley Raposo, Carlos Eduardo Vasconcelos, Olímpio Costa Júnior e Niete Correia Lima.

Depois, discriminando o movimento da secretaria, em um quadro comparativo dos anos de 1979 e 1980, mostra que a seccional concedeu, em 1980, inscrição definitiva a 553 advogados contra 265 em 1979; 402 inscrições temporárias contra 391 no ano anterior; 262 inscrições de estagiários contra 256 em 1979.

A Tesouraria, por sua vez, escripturou 27.888 documentos dentro de uma previsão de receita de Cr\$ 10.697.528,00. Já a Biblioteca Joaquim Amazonas, da seccional, adquiriu por compra, durante o exercício, 71 livros e por intercâmbio e doação, 395 publicações.

Despendeu, fazendo estas aquisições, Cr\$ 81.236,00; teve uma frequência de 1.331 entre leitores e usuários, dando condi-

ções para realização de 24 pesquisas. Encaminhou aos vários setores interessados 10.109 publicações e possui um acervo de 4.405 volumes entre livros e folhetos, além de 217 títulos de periódicos.

ÉTICA E DISCIPLINA

Constituída pelos Conselheiros Jório Valença Cavalcanti, Presidente, e Egydio Ferreira Lima e Romualdo Marques Costa, a Comissão de Ética e Disciplina emitiu 27 pareceres de arquivamento, 15 para instauração de processo disciplinar, um pela promoção de desagravo e 88 promovendo diligência em fase de instauração. Instaurou ainda 15 processos disciplinares e promoveu o adiamento de 116 processos.

A Comissão contra o Exercício Ilegal da Advocacia, constituída pelos Conselheiros Oswaldo Cavalcanti Lima Filho, Antônio de Brito Alves (substituído por Olímpio Costa Júnior) e Marinalva Reis Gomes e Silva, apreciou 41 representações em andamento de exercícios anteriores, 6 apresentados no corrente exercício, encaminhou dois à autoridade competente, promoveu o arquivamento de um, restando para este exercício 44 processos.

Por sua vez, a Comissão de Seleção e Prerrogativas, integrada pelos Conselheiros Albino Queiroz de Oliveira Júnior, Rorinildo Rocha Leão, Carlos Eduardo Cintra da Costa Pereira e Niete Cor-



Compromisso de novos bacharéis

reia Lima, emitiu 1.360 pareceres, sendo 993 pedidos de inscrição.

ESTÁGIOS

Coordenado pelo advogado Luís de Gonzaga Gomes de Freitas, e assistido pela advogada Marlene Bione de Araújo, o Curso de Estágio teve 231 alunos matriculados no exercício, sendo 136 no primeiro ano e 95 no segundo. Ministraram aulas os professores Macedo Malta, Célio Montenegro, Djalma Xavier, Aloísio Xavier, Armanda Figueiredo, Altino Queiroz, Bertino Silva, tendo a aula inaugural sido proferida pelo presidente da seccional, Dorany Sampaio.

Além das atividades normais, a coordenadoria promoveu visita às penitenciárias Barreto Campeiro e Agrícola de Itamaracá, e ainda Fórum Paula Batista (setor de distribuição), Justiça do Trabalho e Juizado de Menores. Três registros de Departamentos Jurídicos e escritórios de advocacia para fins de estágio profissional foram deferidos.

Realizou quatro exames de verificação, habilitando 60 candidatos através dos examinadores Macedo Malta, Djalma Xavier, Célio Montenegro, Paulo Marcelo Raposo e Armanda Figueiredo. Da mesma forma, realizou quatro exames de Ordem, aprovando 158 bacharéis.

A Comissão de Defesa e Assistência, integrada pelos Conselheiros Rodolfo Albuquerque Araújo, Silvio Neves Baptista e Nilton Wanderley de Siqueira, recebeu, no exercício, treze representações que se juntaram às 42 restantes de exercícios anteriores. Como solução, foi determinado o arquivamento de oito, concedido auxílio financeiro a uma, restando 46 para o exercício seguinte.

Da mesma forma, a Comissão

de Defesa dos Consumidores, com conselheiros Nilton Wanderley de Siqueira, Jonas Carlos Galiza, tendo, por decisão do Conselho Seccional, Valença Cavalcanti, processos no curso, resolvendo um mais em andamento.

COMISSÃO

No âmbito das atividades administrativas, cita-se, na Comissão de Organização do Poder Judiciário, dada pelo Conselho Seccional, Correia de Carvalho, integrada pelos Conselheiros Ferreira Lima e da Silva. Deu origem a estudos e investimentos do mau funcionamento daquele poder, com o concernente à distribuição da



Prêmio Pontes de Miranda

À falta de recursos decorrente da redução das autoridades, os serviços solicitados foi elaborado um plano com quesitos essenciais ao funcionamento dos primeiros juízos de primeira instância e do interior, na forma de enca-

Seccional em 1980

Direitos da Pessoa
tituída pelos Con-
Wanderley de Si-
Ferreira Lima e
que foi substituí-
do presidente do
cional, por Jório
anti, recebeu sete
corrente exercício,
e deixando os de-
ento.

ESPECIAIS

as comissões espe-
relatório, o caso
e Estudos da Si-
Judiciário, presi-
Conselheiro Joaquim
ralho Júnior e in-
advogados Egidio
e Hélio Mariano
continuidade aos
stigação das cau-
ncionamento da-
om ênfase maior
à morosidade na
justiça.



anda

ados estatísticos,
alta de respostas
judiciárias aos
do informações,
um questionário
pecíficos sobre o
de tribunais, juí-
o grau, cartórios
judiciais da capi-
r, distribuído na
te do JORNAL

DA OAB a todos os advogados. O número de respostas, todavia, foi inferior ao desejado.

Outra comissão, formada para examinar a proposta do Governador do Estado, encaminhada ao Tribunal de Justiça, no sentido de que sejam criados mais dois cartórios de registro de imóveis na capital, está apreciando o relatório e estudando a divisão física da cidade para efeito de fixação da jurisdição dos cartórios.

Por sua vez, a Comissão destinada a estudar a implantação do sistema de convênio global para prestação de assistência médica, inicialmente constituída pelo Conselheiro Aurélio Agostinho da Boa Viagem e pelo advogado Mauro Grinberg, teve seu elenco aumentado com a entrada do advogado Paulo Marcelo Wanderley Raposo.

Em seus estudos, a comissão considerou inviável o convênio com o Inamps ante as dificuldades burocráticas encontradas. Assim, foram solicitadas propostas a grandes clínicas, no sentido de assegurar um sistema de maior amplitude cobrindo todas as formas de tratamento, clínico e cirúrgico. As propostas encaminhadas estão sendo examinadas pela Comissão.

Outra comissão especial criada com o objetivo de proceder a atualização da tabela de honorários, elaborada pela seccional em 1973, está trabalhando e promete para breve a distribuição aos interessados. Fazem parte da comissão os Conselheiros Jório Valença Cavalcanti, Carlos Eduardo Cintra da Costa Pereira e Isaac Pereira da Silva.

ATIVIDADES CULTURAIS

Tendo em vista o dever estatutário o prêmio anual para monografias passou a denominar-se em caráter permanente **Prêmio Pontes de Miranda**, com uma dotação global de Cr\$ 200 mil cru-

zeiros, dividido em duas modalidades — Direito Público e Direito Privado. Aberto concurso em abril e com prazo de apresentação de trabalhos até 11 de agosto, se inscreveram nove candidatos sob pseudônimos com as seguintes monografias: Da Inconstitucionalidade, de Advogado K; Da relevância da questão Federal, de Mathias Lopes; As Fontes do Direito Constitucional, de Guido Terreni; Aspectos da prova em matéria criminal, de José do Recife; Ação humana e sua estrutura no direito penal, de Agueda Queiroz; Certeza e Verdade como fundamentos da coisa julgada, de Tâmara; Do senten-



Encontro de Garanhuns

ciado e das penas da prisionalização, de Menelau; A intervenção do Estado no Domínio Econômico, de Gregório Emílio do Carmo; e Crime e Ciúme — aspecto do delito passionai, de José do Recife.

Julga os trabalhos uma comissão constituída, na forma do re-

gimento, pelos professores Kourinaldo Vilanova, Luiz Pinto Ferreira, Nelson Rodrigues Saldanha. No que concerne ao direito privado, apenas um trabalho foi apresentado — Alimentos, de Rey Nacional — desclassificado sem identificação do autor por uma comissão formada pelos professores Torquato da Silva Castro, Octávio de Oliveira Lobo e Olímpio Costa Júnior.

Ainda com o intuito de homenagear o grande jurista Pontes de Miranda, a seccional realizou uma sessão solene em que o professor Lourinaldo Vilanova proferiu conferência apreciando o intelectual, o sábio e pensador, assim como sua extensa e profunda obra.

A seccional participou também da VIII Conferência Nacional dos Advogados, em Manaus, não só com grande delegação mas também com três excelentes teses apresentadas pelos Conselheiros Octávio de Oliveira Lobo, Joaquim Correia de Carvalho e Olímpio Costa Júnior. Os temas escolhidos foram: Liberdade e Justa Distribuição de Renda; O Poder Econômico do Estado e a Liberdade Individual; e Liberdade e Princípio de Legalidade no Estado de Direito.

Por outro lado, tendo em vista o falecimento do Conselheiro, membro nato, Moacir César Baracho, no final do mês de julho, foram canceladas as festividades comemorativas do dia do advogado na sede da seccional. Em contrapartida, realizou-se uma semana de estudos da Subseção de Garanhuns, com palestras proferidas pelos Conselheiros Octávio Lobo, Olímpio Costa Júnior, Carlos Araújo, Everardo Luna e pelo presidente Dorany Sampaio.

Aconteceram também debates sobre a nova Lei dos Estrangeiros, contando com a participação de D. Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife; Olímpio Costa Júnior e Egidio Ferreira Lima, Conselheiros da Seccional; do advogado Pedro Eurico; e do jornalista José Maria Andrade, da Revista Veja e da Comissão de Justiça e Paz.

Reflexões sobre o Imposto de Renda

José Paulo Cavalcanti Filho

1. Referência Histórica.

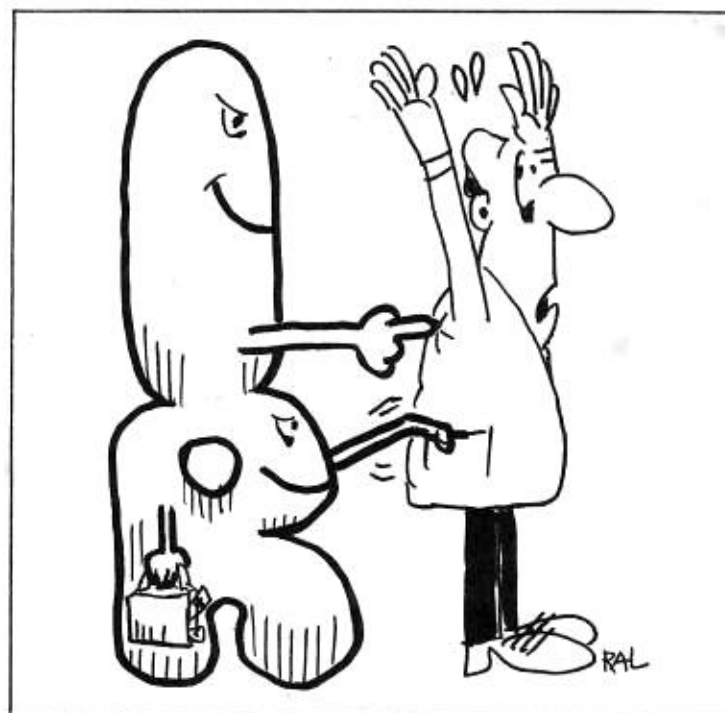
Nascido na Inglaterra em 1799, como imposto extraordinário de guerra sobre o conjunto de ganhos do contribuinte (suprimido em 1815 e retornando em 1842), e em 1904 na Suíça, incidindo sobre os ganhos de categorias específicas, como comerciantes, artesãos, capitalistas e funcionários, a tributação de pessoas físicas estendeu-se por toda a Europa, em seguida. Em 1832 o cantão de Zurich introduziu o que se convencionou chamar de "sistema suíço", ou seja: menos o imposto geral sobre a fortuna e mais o imposto sobre os ganhos de trabalho e empresa, sendo os diversos sistemas de tributação de pessoas físicas variações sobre essas formas (ou apenas a segunda). Deve ser observado que da idade média até o século XVIII os recursos do Estado eram os de seus bens e os impostos indiretos, além de, eventualmente, um imposto sobre o patrimônio. O imposto sobre metro de fachada, inclusive, foi um dos fatores que condicionaram (em colaboração com o clima), a arquitetura de alguns países, com casas alongadas, de vários pavimentos e de frente estreita. Relativamente ao imposto sobre a fortuna, o que se tem discutido é se se deve tributar o mero estado de fortuna ou a diferença entre um estado de fortuna e outro, em períodos determinados. Devendo ser observado que na Suíça, por exemplo, essas incidências variam em função da idade do contribuinte, com o que se busca a justiça do caso concreto.

2. Pessoas Jurídicas.

Na França a tributação é de 50% sobre o lucro. Distribuído esse lucro, a tributação é reduzida a 25%. Nas holdings, puras ou mistas, incide alíquota suplementar de 5%.

Nos Estados Unidos a alíquota é de 22% até 25.000 dólares, e a partir daí incide uma complementar de 26%. Sobre elas a estadual variando de 2 a 8%, com o que o percentual oscila entre 50 a 56% (havendo forte estímulo sobre os rendimentos havidos no exterior).

No Brasil, conquanto a alíquota seja de 35% (com adicional até 1982 de 5% a partir de certo limite — 46.500.000 — em 81) há que ver a interferência da inflação, no ganho real das empresas, que em demasiada quantidade de casos têm lucro gráfico e não repõem estoques. O critério para corrigir essa inflação — correção monetária que leva a perda ou lucro inflacionários — é do ponto de vista lógico impres-



tável para atingir seus fins. Permitindo, adicionalmente, algumas injustiças graves, entre elas a de não corrigir como conta que se agregaria logicamente ao patrimônio líquido o passivo circulante que correspondesse a custo de aquisição de investimento ou imobilizado integrantes do permanente, no ativo (ou a redução do permanente proporcionalmente à parcela do circulante do passivo diretamente relacionado a esse permanente). Sendo talvez adequado inferir que o imposto de renda no Brasil, é extremamente forte para com as pessoas jurídicas, dificilmente encontrando similar no resto do mundo.

3. Pessoas Físicas.

É prático usual nos países desenvolvidos estabelecer alíquotas diferenciadas a partir de situações diferenciadas. No cantão de Genebra, sobre um mesmo ganho de 10.000 francos suíços um casado não separado de corpo e de fato pagará 162,20; solteiro, viúvo ou divorciado pagará 325,20; e não domiciliado no cantão pagará 450,00. Nos Estados Unidos sobre mesmos ganhos o casado paga alíquota menor, o chefe de família uma intermediária e o solteiro ou viúvo uma maior. Sobre Renda de 10.000 dólares, 22,23 e 27%, respectivamente; sobre 50.000, 50,56 e 62%; sobre 100.000, 63,66 e 70%.

Na Itália o sistema usado é o mesmo brasileiro, de alíquota iguais com abatimento posteriores; mas lá, conquanto nas faixas iniciais o percentual seja basicamente o mesmo (25% para Cr\$.

500.000,00), na faixa brasileira de 55% lá se paga 44%; e enquanto chegamos nos 55% com Cr\$. 3.146.000,00, lá se chega aos Cr\$ 13.000.000,00 (ou 200.000.000 libras). Observe-se, ainda, a excepcional garantia que o INPS — Instituto Nazionale de Previdenza Sociale — oferece (inclusive com fundo de Segurança contra desocupação involuntária, assistência médica e assistência a mãe e órfãos de trabalhadores).

Sobre uma renda de 20.000 dólares, de contribuinte casado, com dois dependentes, o comportamento dos países desenvolvidos, onde em consequência a pessoa física terá, regra geral, maiores disponibilidades para efetivar essas prestações, é o seguinte: França 18%; Espanha 21%; Canadá 22%; Estados Unidos 25%; Alemanha 29%; Itália e Inglaterra 32%; Japão 36%; BRASIL 45%; Suécia 47%.

A conclusão inevitável, se considerarmos que na Suécia há educação e assistência médica gratuitas e largo acervo de conquistas sociais entre elas o seguro desemprego, é que no Brasil se paga o mais alto imposto de renda do mundo, relativamente a pessoas físicas.

Pouco importa se as alíquotas máximas nos demais países (72% na Itália, 70% nos Estados Unidos) são maiores que no Brasil (55%): é que nessa faixa é tão limitada a quantidade de contribuintes que ela deixa de ter relevância, sobretudo em relação à prevalente faixa de assalariados e liberais atingidos por uma incidência que os elegeu como devedores preferenciais.

Com a correção das alíquotas

para o exercício de 81 em 55%, sobre uma inflação de 110%, há neste ano aumento real de imposto a pagar: para uma renda líquida de Cr\$ 4.000.000,00, o aumento real seria de 12%, o que é injustificável; para uma renda líquida de Cr\$ 300.000,00, o aumento real é de 127%, o que beira a insensatez.

A conclusão irrecusável será a de que o sistema é de si injusto, e sobretudo com as faixas de menor renda. Fato tanto mais grave quando reconhecidamente o produto desse imposto, que no Brasil representa 40% das receitas da União (contra 17% da França), não se caracteriza por preocupações sociais aceitáveis.

Outras características seriam a mudança de regras no curso de um processo, como ocorreu com o empréstimo compulsório, e já havia ocorrido antes com os juros do BNH que perderam abatimentos específicos e passaram a integrar o dos juros bancários; e a ausência de disposições legais coerentes sobre alguns assuntos, o que impediu, por exemplo, até este último regulamento de imposto de renda a prática de cisão (possibilidade de resolver divergências de comando numa empresa, dividindo-se a empresa, remanesecendo cada grupo com parcela do seu patrimônio).

4. Conclusão.

A idéia geral dessa análise é a de que esses níveis de tributação são o resultado de um fato mais grave — o alheamento da sociedade civil nos processos de decisão que é, já, intolerável. Foi esse não participar, aliás, que permitiu o exercício de uma recessão econômica que sacrificava vastíssima parcela da população dos mercados de trabalho, aumentando assustadoramente tanto o êxodo rural quanto os níveis de violência urbana; que sacrificava desnecessariamente a classe média com níveis de angústia talvez jamais por ela experimentados em nossa história econômica recente; que inviabilizada ou mantém em crise os segmentos mais importantes da economia nacional, a pequena e média empresa, industrial e comercial; importantes porque são nacionais, enquanto o domínio das transnacionais vai se expandindo sistematicamente; e importante porque fornecem, regra geral, o maior contingente de trabalho, numa sociedade com abundância de subempregados e desempregados.

SINOPSE DE CONFERÊNCIA
PRONUNCIADA NO ROTARY
CLUBE DO RECIFE CENTRO,
EM 12.03.1981.



Dorany Sampaio presidiu os trabalhos. À mesa, o professor Nelson Saldanha, o representante do Tribunal de Justiça, Demócrito Reinaldo; professores José Neves e Rodolfo Araújo.

PRÊMIO PONTES DE MIRANDA

Vencedores pedem aperfeiçoamento das instituições

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, fez este mês a entrega do Prêmio Pontes de Miranda, de 1980, em cerimônia realizada no auditório da seccional. Os vencedores foram Elcias Ferreira Costa, Agostinho Oli Koppe e Roque de Brito Alves. Na cerimônia, Elcias Ferreira Costa e Roque de Brito Alves defenderam a liberdade do cidadão, o seu direito de defesa diante do poder punitivo do Estado e a necessidade de preservar o Direito instrumento de manutenção da paz e da ordem.

No seu pronunciamento, o advogado Roque de Brito Alves, após elogiar a Comissão e os demais concorrentes ao concurso, afirmou que entre os deveres do advogado está o de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas, o que se consegue, também, com um trabalho doutrinário e não somente com uma ação, segundo o estatuto da OAB.

Numa posição quase idêntica, o advogado Elcias Ferreira Costa sustentou a tese de que a todo profissional do direito foi imputado como dever e como direito defender a ordem jurídica, aperfeiçoar as instituições jurídicas e velar pela perfeita aplicação da lei, de sorte que não pode aceitar covardemente a morte das esperanças jurídicas.

ROQUE E O DIREITO

Ao continuar sua exposição, o advogado Roque de Brito Alves referiu-se ao Capítulo IV da Constituição Brasileira, que trata dos Direitos e Garantias Individuais, lembrando que se consagra, no artigo 153, a inviolabilidade do lar, a proibição de prisão arbitrária, o respeito à integridade física e moral do detento ou presidiário, a irretroatividade da lei penal, a não ser para beneficiar o acusado, o habeas corpus, a proibição de extradição de brasileiro e a liberdade de pensamento.

Ainda de acordo com Roque de Brito Alves, aí se tem princípios de direito positivo repressivo apresentados como princípios constitucionais, que são inequivocamente princípios fundamentais de caráter penal fixados constitucionalmente. Como afirmativa essencial — esclarece — dizemos que as normas ou os princípios da Constituição são o parâmetro de validade ou legitimidade das leis penais ordinárias e, ainda, delimitam o âmbito de sua aplicação.

Se a Constituição — afirma Roque — ocupa-se ou reflete a vida de um povo, de uma nação, o Direito Penal ocupa-se do destino do homem. Já em nossa Constituição Imperial de 1824 — adianta — determinava-se que as prisões deveriam ser limpas, apresentar condições de higiene, um tanto lúricamente.

Mais adiante, ele sustenta que



Elcias lembrou a violência, a insegurança e a fome como fatos geradores do sentimento de medo e de pânico pelo destino dos valores jurídicos.



Roque de Brito Alves, ao receber o prêmio, ressaltou o dever do advogado de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas.



Agostinho Oli Koppe obteve o segundo lugar com o trabalho "Da inconstitucionalidade".

desde a "Magna Carta da Inglaterra, de 1215, a lei fundamental das nações sempre apresentou matéria penal e processual penal, sob a forma de princípios constitucionais, limitando o *jus puniendi* estatal. Surge, então, a Constituição como fonte formal das normas penais e assim um Código Penal não pode fugir à índole da Constituição: se esta é liberal, liberal também será o Código Penal, podendo-se falar em democracia penal.

Dentro dessa visão, Roque de Brito Alves explica que toda "Constituição democrática, liberal, tem de fixar as normas sobre as relações

penais entre o Estado e o indivíduo, buscando eliminar o arbítrio, a falta de segurança jurídica, excluindo a área de perigo para a liberdade do cidadão". Através do "setor penal" da Constituição, é possível observar, pois, se é democrática ou não, já que as suas normas, em matéria penal, indicam seu caráter democrático ou totalitário.

Para Roque de Brito Alves, a verdadeira Constituição democrática, liberal, no setor particular das normas penais, apresenta-nos o homem livre dentro das limitações legais, responsável por suas ações e árbitro do seu próprio destino, não

de um homem necessitado de subordinar-se a qualquer ideologia, como um homem singular e não um homem massa e sim como artífice de sua própria história.

ELCIAS E A CRISE

Depois de reverenciar a memória de Guido Terreni, que classificou de canonista e teólogo brilhante, e de homenagear a Ordem Carmelitana, à qual pertenceu, o advogado Elcias Ferreira Costa lembrou a violência física, a insegurança social e política, a fome nas regiões subdesenvolvidas e desenvolvidas, o poder debilitado pelo conservadorismo inerte, fatores que julgou geradores do sentimento de medo e de pânico pelo destino dos valores jurídicos.

Em seguida evocou o jurista Lourival Vilanova, segundo o qual é "tão grande a crise do direito — força é reconhecê-lo — que se faz preciso a valentia do último soldado, num campo arrasado, dividindo no crepúsculo a última ave que rapidamente corta o espaço e se vai para bem longe". Com base nessa imagem, Elcias cita Boris Mikine, para quem "a luta pela democracia, pela cidade dos homens livres, é antes de tudo a procura de uma ética. De uma ética social, de uma ética individual".

Noutro tópico, apoiado em Jacques Maritain, Elcias diz que para salvar a enfermiga ordem democrática "não basta a justiça e o direito" já que é necessário recorrer a uma fonte de generosidade "escondida nas profundezas da vida e da liberdade das pessoas que o amor faz jorrar".

O advogado Elcias Ferreira Costa lembra, também, a paz que, segundo Kelsen, o direito tem, o destino de servir, e indiscutivelmente essa paz só no clima da fraternidade pode medrar e crescer, simplesmente porque a paz é fruto da justiça. E a justiça, essa justiça total, porque tem sede todo peregrino da história, é, não obstante a aparência de paradoxal, o coroamento da caridade.

A caridade evangélica — diz Elcias — não atinge a coroa de rainha das virtudes cristãs, senão quando realiza o valor fundamental da fraternidade, preenchendo, com plenitude, a justiça tanto no relacionamento inter-individual como no social. Daí, ele lembra que dentro de cada um há um último soldado e que resta acordar para a verdade de uma comunidade, tanto de origem específica como de destino existencial, que a todos entrelaça como concidadãos de um mundo que é de todos.

Ao finalizar, Elcias Ferreira Costa assegura que no Direito está a vitória capaz de restabelecer a convivência na paz e na ordem, o Direito entendido como substância da justiça e da fraternidade em que se acham penduradas as esperanças do "homo juridicus" e os valores fundamentais do existir constitucional.

Profissão leva ao esforço pelo bem comum



Na solenidade de entrega de carteiras aos novos advogados, o desembargador Augusto Duque lembrou a figura e o exemplo de dignidade de Jordão Emerenciano.

Durante a sessão de compromisso dos novos advogados, realizada na sede da OAB-PE, o desembargador Augusto Duque afirmou que a profissão é "também uma missão do mais alto interesse para o bem comum, para a vida da comunidade", de modo que "não é uma atividade voltada exclusivamente para ganhar remuneração e meios de subsistência, é um difícil sacerdócio, um *munus*, uma dignidade do mais expressivo conteúdo moral e social".

O desembargador Augusto Duque advertiu, na ocasião, para a crise do Poder Judiciário, reflexo da crise institucional geral, e elogiou a ação da OAB na hora presente, que "honra a todos os que pertencem aos seus quadros, como instrumento maior, mais agressivo, vigilante, ponta-de-lança de um verdadeiro estado de Direito".

EMOÇÃO

Ao iniciar sua saudação aos novos advogados, o desembargador Augusto Duque lembrou que se inscreveu, como advogado, em dezem-

bro de 1944, sendo que onze anos e dois meses depois passava a integrar o Tribunal de Justiça de Pernambuco, sem sentir "qualquer diferença qualificativa e sim somente de colocação no organismo judiciário, passageiro do mesmo barco e com o mesmo destino".

Num tom pessoal, emocionado, recordou o dia em que foi saudado por Jordão Emerenciano, cujos méritos destacou, acentuando que "jamais vi diferença entre o que fazia e o que faço agora, nem grau diverso de dignidade pessoal. Juízes e advogados somos artífices da mesma obra, que é a de realizar a Justiça como supremo valor na efetivação do Direito".

O desembargador Augusto Duque disse ainda que desde menino viveu em cartório e que a sua vida toda tem decorrido entre autos de processos, em instâncias e pretórios diversos, cível, trabalhista, criminal e militar. Adiantou que esta atividade "está em mim como uma segunda natureza, da qual jamais poderei renunciar e de que sempre me orgulharei, procurando ser autêntico, fiel a mim mesmo".

Em seguida, o desembargador Augusto Duque disse ter resumido a sua vida profissional também "para dar testemunho e estimular a vós que agora se iniciam. Ninguém vai começar — esclareceu — com menos do que eu quando comecei" no entanto "julgo-me realizado e feliz, profissionalmente, pela sensação do dever cumprido, simplesmente, fidelidade a compromissos como o que prestastes agora".

A presente massificação — alertou o desembargador — que ora se apresenta em todas as classes liberais, não impedirá que cheguem a bom termo aqueles que se dedicarem com a força de suas almas ao desempenho dos seus deveres e não perderem o entusiasmo e a vibração que vos farão cada vez melhores.

O desembargador Augusto Duque disse ainda aos novos advogados que eles serão "instrumentos, no cotidiano, nos escritórios e nos pretórios, da Ordem e da Liberdade, do Direito e da Justiça" e pediu: Sede fiéis a vossa missão e ganhareis a admiração e o respeito da comunidade.



OAB no concurso de Juiz Federal

O Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, em sua última reunião, decidiu indicar os representantes da entidade para a Comissão Supervisora do Concurso Público para provimentos de cargos de Juiz Federal e divulgar nota oficial de desagravo do interesse do advogado José da Mota Silveira.

O Conselho tomou a decisão, no primeiro caso, tendo em vista uma solicitação do Conselho de Justiça Federal, diante da qual o Presidente Dorany Sampaio indicou os professores Olímpio Costa Junior e Paulo Guimarães de Sousa, indicação referendada pelo órgão, ficando o primeiro como titular e o segundo na condição de suplente.

A outra medida foi tomada tendo em vista parecer da Comissão de Ética e Disciplina, que resolveu acolher o pedido de desagravo do advogado José da Mota Silveira. Nesse sentido, a Ordem fará, através de nota oficial, a promoção da medida solicitada e julgada procedente.

Estado vai melhorar o Forum

O Secretário da Justiça, Luis Gonzaga Vasconcelos, comunicou ao Presidente da OAB-PE, Dorany Sampaio, que determinou o exame e a adoção de medidas adequadas visando à realização de melhorias no Edifício do Forum da Comarca de Palmares, onde há cupim nas paredes e no teto e as instalações não oferecem condições mínimas de funcionamento dos trabalhos.

O Secretário da Justiça decidiu assim atender um apelo ao Presidente Dorany Sampaio, que tomou conhecimento da situação do Forum de Palmares através de ofício do advogado João Alfredo dos Anjos, no qual narra em detalhes os problemas que estão dificultando a ação da Justiça naquela Comarca.

A SITUAÇÃO

De acordo com o advogado João Alfredo dos Anjos, Forum Aníbal Bruno acha-se em situação material precária e não oferece a menor condição de funcionamento, pois o cupim ramifica-se nas paredes e no teto, ameaçando o acervo dos cartórios e pondo em risco as pessoas que trabalham ou frequentam o local.

Ainda segundo o advogado, os órgãos que compõem o Juízo (Cartórios, Ministério Público, etc), estão impedidos de cumprir plenamente os seus objetivos por falta de locais adequados às suas instalações e funcionamento. Não há lugar para a distribuição dos feitos e o próprio juiz encontra-se sem gabinete, proferindo em público os seus despachos.

Diz também o advogado João Alfredo que apesar dos protestos de seus colegas, dos serventuários e da própria comunidade, os Governos Estadual e Municipal ainda não tomaram a iniciativa de solucionar os problemas, ficando a Comarca de Palmares desprotegida e impedida de cumprir o seu papel jurisdicional. Diante do exposto, o advogado apelou à OAB para interferir junto ao Governo do Estado, visando a restauração do edifício do Forum e a instalação dos órgãos do juízo em condições de pleno funcionamento.